



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Ambiental

**“QUESTÃO AMBIENTAL”, “DESASTRES” E RACISMO AMBIENTAL: MAPEAMENTO DAS
INUNDAÇÕES E ALAGAMENTOS EM ALAGOAS**

EVERTON MELO DA SILVA¹

TICIANE PEREIRA DOS SANTOS VIEIRA²

DANILO BARROS ALVES³

JENIFER LIRYEL BARBOSA NASCIMENTO⁴

RESUMO:

O artigo tem o objetivo de apresentar o mapeamento dos alagamentos e inundações que impactaram o estado de Alagoas. Os resultados apontam que, em 2017, 682.136 pessoas foram afetadas e em 2022 foram 342.347. Em 2017, tivemos 24.355 e, em 2022, 75.472 desabrigados/desalojados. A composição dos habitantes dos municípios afetados no estado provocou a reflexão sobre o racismo ambiental.

Palavras-chave: “Desastres”. Racismo ambiental. Alagoas.

ABSTRACT:

The article aims to present the mapping of flooding and floods that impacted the state of Alagoas. The results show that, in 2017, 682,136 people were affected and in 2022 there were 342,347. In 2017, we had 24,355 and, in 2022, 75,472 homeless people. The composition of the inhabitants of the affected municipalities in the state provoked reflection on environmental racism.

Keywords: “Disasters”. Environmental racism. Alagoas.

¹ Universidade Federal de Alagoas

² Universidade Federal de Alagoas

³ Universidade Federal de Alagoas

⁴ Universidade Federal de Alagoas

1 Introdução

É consenso na literatura crítica que as atuais e constantes alterações climáticas⁵ são provocadas pela intervenção humana na natureza mediatizada pelas relações mercantis capitalistas, o que tem acentuado alterações nos ecossistemas e na vida do homem/mulher em sociedade. Com o crescente negacionismo, temos “[...] correntes teóricas que tem atribuído tais mudanças ao próprio dinamismo da Terra, reforçando o discurso dos governantes que descumprem as orientações para a redução das emissões de poluentes na atmosfera.” (Muinga; Galatto, 2017, p. 121). Ao contrário desses discursos que tem avançado na sociedade que justificam as mudanças climáticas como algo “natural”, partimos do pressuposto que a ação humana na natureza, sob as bases predatórias do modo de produção capitalista, tem engendrado incontestes efeitos sob a natureza e a sociedade, processo que engloba os efeitos nocivos das inundações e alagamentos, especialmente para populações que moram em bairros periféricos ou à beira de rios.

A partir do projeto de pesquisa desenvolvido no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado “‘Questão ambiental’ e ‘desastres naturais’: caracterização dos impactos socioambientais das inundações e alagamentos em Alagoas”, desenvolvido entre 2023 e 2024, buscamos caracterizar os desastres naturais e suas relações com a “questão ambiental” em Alagoas. Especificamente, mapeamos os principais “desastres naturais” em Alagoas, entre 2012 e 2022, por meio do Atlas Digital de Desastres no Brasil⁶. Utilizamos, nesse processo, os seguintes filtros de busca de dados: estado (Alagoas), tipo de desastres (alagamentos, inundações e chuvas fortes), ano (de 2012 a 2022) e tipos de ocorrências⁷. No decorrer da investigação, realizamos também uma pesquisa bibliográfica sobre as categorias “questão ambiental”, “desastres naturais/ambientais”, “racismo ambiental” e “desastres naturais em Alagoas”.

O artigo tem o objetivo de apresentar o mapeamento das inundações e alagamentos ocorridos nos últimos anos em Alagoas sob o aporte teórico-conceitual da “questão ambiental”, “desastres naturais” e racismo ambiental. Para isto, dividimos este texto em duas seções, além

⁵ As principais alterações climáticas são causadas por aumento de gases emitidos na atmosfera como o dióxido de carbono (CO₂), óxido nitroso (N₂O) e metano (CH₄) que são emitidos por meio dos combustíveis fósseis, queimadas da vegetação, desmatamento, agronegócio e processos físico-químicos dos resíduos sólidos (Klug; Marengo; Luedemann, 2016).

⁶ Disponível em: <https://atlasdigital.mdr.gov.br/paginas/mapa-interativo.xhtml>. Acesso em: 11 jun. 2024.

⁷ Optamos por selecionar todos os tipos de ocorrência, quais sejam: óbitos, desabrigados e desalojados, total de afetados, danos materiais, habitações afetadas, prejuízos públicos e prejuízos privados.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desta breve introdução, e considerações finais. Na primeira seção, localizamos o debate crítico marxista da relação entre “questão ambiental”, mudanças climáticas e “desastres naturais”, expondo dados do relatório “Mudanças do clima 2023” do Painel Intergovernamental sobre mudança climática (IPCC). A seção seguinte apresenta dados dos impactos das fortes chuvas que ocorreram em Alagoas com foco para as chuvas de 2010, 2012 e 2022, e apontando algumas tendências do perfil da população afetada. Nas considerações finais, resgatamos os principais dados apresentados e reforçamos a necessidade de discutir a destruição ambiental e as mudanças climáticas e seus efeitos na vida social dos sujeitos da cidade e do campo em uma perspectiva crítica marxiana/marxista.

2. O debate crítico da “questão ambiental” e mudanças climáticas

A destruição e degradação intensa da natureza constitui-se enquanto produtos das relações capitalistas. A partir da eclosão da crise estrutural do capital, a “questão ambiental” ganha contornos decisivos constituindo-se enquanto “[...] um conjunto de deficiências na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia e seus desdobramentos ideopolíticos.” (Silva, 2010, p. 67). Desse modo, a “questão ambiental” revela-se na deterioração dos recursos naturais; na produção indiscriminada de resíduos sólidos; na poluição (ar, água e solo), queimadas e desmatamento; nos desequilíbrios dos ecossistemas; na consciência ambiental; na luta de classes; e na vivência da classe trabalhadora com as mazelas sociais e ambientais (Silva, 2022), o que inclui as consequências dos “desastres naturais”.

Prezamos por utilizar o conceito de “questão ambiental” em contraponto a terminologias “neutras” como “crise do meio ambiente” ou “crise ecológica” que são largamente usadas por correntes teóricas preservacionistas que deslocam a crítica da essência destrutiva do capital para o âmbito individual da problemática ambiental. Concordamos com Silva (2010, p. 81-82) que “[...] não é o ambiente natural que se encontra em crise, mas o sistema do capital, o qual faz recair sobre os trabalhadores e sobre a própria natureza as mazelas de sua dinâmica crescentemente predatória.”.

Ao considerar a “questão ambiental” devemos ter como orientação explicativa que ela abarca a destruição da natureza e sociedade, e que seus efeitos rebatem diferentemente a depender da classe econômica que pertence, isto é, as desigualdades estruturais no capitalismo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

provocadas pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida acentuam os efeitos sob as condições de vida da classe trabalhadora que mora na favela, periferias, centros urbanos, no campo e em comunidades tradicionais. Assim, conforme Silva (2022, p. 57),

[...] a “questão ambiental” se revela na degradação, deterioração e destruição da natureza, do homem e das relações sociais, em escala global, com impactos diferentes entre as classes sociais e entre os países, a depender da sua posição econômica na totalidade da economia mundial; se apresenta na barbarização da vida social, com a banalização destrutiva do meio ambiente (relação do homem com seu meio de vida); e na própria condição degradante na qual vive o homem sob os determinantes do capital e do essencial comando político do Estado.

Os “desastres naturais” são decorrentes da dinâmica societária regida pelo capitalismo perante sua relação com a natureza, assim, para compreendê-los é essencial relacionar as dimensões do natural e do social. Explicamos: não tem como entender os “desastres naturais” como processos resultantes apenas da natureza, sem relação com as desigualdades estruturais do capitalismo. Se a aparência demonstra que os “desastres naturais” são “fenômenos naturais” ou efeitos isolados de atividades da natureza, Dutra (2017, p. 34) nos oferece a contraposição crítica que

naturais podem ser as chuvas, as secas, as erupções vulcânicas, porém, estas e outras manifestações da natureza somente se transformam em desastres quando se entrelaçam com determinadas condições de vida, de moradia, de saúde, em suma, de precariedade exacerbada pelas taxas de desigualdade encontradas na sociedade.

Com os “desastres naturais” ora culpabiliza a natureza, ora o indivíduo, ou os dois ao mesmo tempo, mas sempre deslocando das contradições da realidade social dominadas pelas desigualdades econômicas e sociais. Compreendemos que “[...] desastres são acontecimentos sociais resultantes das ações humanas. Não se caracterizam por acontecimentos isolados, individualizados e descolados de questões sociais estruturantes.” (Dutra, 2017, p. 33). Portanto, os impactos físicos das ações da natureza são agravados pela desigualdade estrutural.

Devido o capitalismo degradar a natureza em sua totalidade,

estudos apontam para a influência do aquecimento global, do desmatamento, da extinção de espécies, entre outros fatores como causadores do aumento dos deslizamentos de terra, alagamentos, entre outros agentes que contribuem para a ocorrência de desastres. Esta questão demonstra que, mesmo quando o foco são os fenômenos naturais, eles não devem ser vistos e compreendidos de forma isolada da sociedade em que emergem. (Dutra, 2017, p. 44).



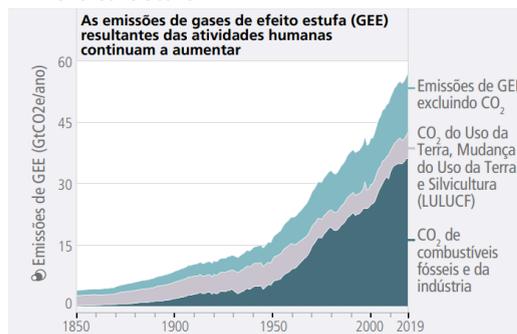
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

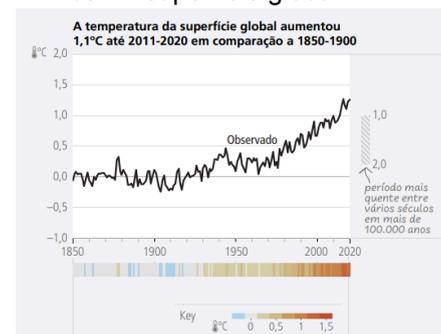
O relatório do Painel Intergovernamental sobre mudança climática (IPCC) de 2023 salienta que as atividades sociais provocaram o aquecimento global com o aumento da temperatura do planeta, “[...] atingindo um valor 1,1°C mais alto entre 2011-2020 do que no período de 1850-1900.” (IPCC, 2023, p. 60). O documento ainda aponta que o “[...] uso insustentável de energia, do uso da terra e da mudança no uso da terra, dos estilos de vida e dos padrões de consumo e produção entre regiões, entre países e dentro deles [...]” (IPCC, 2023, p. 60) contribuíram para o aumento das emissões de gases de efeito estufa. Os gráficos abaixo sintetizam o aumento das emissões desses gases e de temperatura no planeta de 1850 a 2020.

Gráfico 1- Emissões de gases de efeito estufa



Fonte: IPCC (2023).

Gráfico 2 - Mudanças da temperatura da superfície global



Fonte: IPCC (2023).

É inconteste para os pesquisadores da “questão ambiental” vinculados a tradição marxista que as abruptas mudanças climáticas são produtos das ações da sociedade capitalista sob as bases do capital. Não existem rebatimentos iguais dos efeitos dessas mudanças para a sociedade, pois a classe trabalhadora, além de acessar menos a riqueza socialmente produzida, sofre com os maiores impactos, por exemplo, com o aumento das chuvas que podem causar alagamentos e inundações.

As cidades com acentuada desigualdade social e com a maioria da população sem acesso a locais de moradias apropriados tende a ser a mais afetada com inundações e alagamentos. Assim, as expressões da questão social somadas a probabilidade de deslizamentos, enchentes e desmoronamentos (Dutra, 2017) potencializam os efeitos danosos dos “desastres naturais”. A seguir, desdobraremos esta discussão considerando as particularidades do estado de Alagoas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

3 “Desastres naturais” e racismo ambiental em Alagoas: alagamentos e inundações nos anos de 2010, 2017 e 2022

A conjunção entre “desastres naturais” e desigualdades sociais gera “[...] um número quase incalculável de mortos, feridos, desalojados e desabrigados todos os anos no território nacional, com consequências cada vez maiores e mais graves.” (Dutra, 2017, p. 40). Ainda conforme essa autora, o Brasil ocupa uma posição significativa, comparado a outras nações, de mais atingidos por inundações e alagamentos.

E entre os estados que compõe o Brasil, Alagoas tem um lugar de destaque. Bispo, Toujaquez e Roffe (2015), ao analisarem as áreas de risco em Maceió-AL, pontuam que a ocupação irregular das encostas é produto da apropriação desigual do solo e constitui-se como uma marca da formação socio-histórica de Alagoas. No caso particular da capital Maceió-AL, “desde finais do século XX as encostas do município são ocupadas em grande parte por comunidades de baixo poder aquisitivo sendo expostas a desastres naturais. Os principais desastres naturais em Maceió se associam ao período chuvoso em áreas de ocupação irregular [...]” (Bispo; Toujaquez; Roffe, 2015, p. 955). Devido as características econômicas e sociais de Alagoas, temos como provocadores de “desastres naturais” “[...] a realização de taludes de corte e retirada da vegetação natural, o lançamento e concentração de águas pluviais, a execução de aterros defeituosos e lançamento de lixo [...]” (Bispo; Toujaquez; Roffe, 2015, p. 955). Não obstante, Alagoas

[...] faz parte de um contexto regional de profundas desigualdades sociais. O seu espaço agrário – *locus* da sua atividade produtiva desde os primórdios da colonização do Brasil – sempre foi cenário da monocultura da cana-de-açúcar. O meio ambiente sofreu as consequências dessa vasta ocupação: desde muito cedo, a Mata Atlântica foi totalmente desmatada para servir ao regime de plantação nessas áreas férteis de massapê (um tipo de solo argiloso). Restaram uns poucos espaços em ladeiras e fundos de vales, haja vista não serem adequados para o cultivo da cana-de-açúcar. (Freire; Bonfim; Natenzon, 2014, p. 3757, grifos originais).

Este estado é marcado pelo latifúndio, monocultura de cana, concentração de renda (Carvalho, 2015), com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,683⁸ e acometido por periódicas acentuações de chuvas, com inundações e alagamentos que assolaram a população

⁸ Dados retirados do <https://socioficial.com.br/estados-brasileiros-com-os-maiores-idh/>. Acesso em: 17 abril 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

alagoana nos últimos anos. De acordo com Freire, Bonfim e Natenzon (2014, p. 3756), em Alagoas, “[...] as inundações não são um fato novo. Nos últimos cem anos, sete grandes inundações (1914; 1941; 1969; 1988; 2000; 2010) atingiram as bacias dos rios Paraíba e Mundaú.”. Na Zona da Mata de Alagoas⁹ tivemos os seguintes números de desabrigados: 2.000 (1949), 6.000 (1969), 13.000 (1989), 100.000 (2000) e 130.000 (2010), números que crescem a cada novo “desastre” referente a inundações.

Com as chuvas de junho de 2010,

aproximadamente 1.5 milhão de pessoas vivia nos municípios afetados pelas chuvas, representando cerca de 50% da população residente no Estado de Alagoas. De acordo com o Relatório de Avaliação de Perdas e Danos aproximadamente 270 mil pessoas foram afetadas, das quais 44 mil ficaram desalojadas e 28 mil desabrigadas. (Freire; Bonfim; Natenzon, 2014, p. 3758)

Conforme Castro (2010, p. 10), desabrigados “[...] são pessoas cujas habitações foram destruídas ou danificadas por desastres, ou estão localizadas em áreas de risco iminente de destruição, e que necessitam de abrigos temporários para serem alojadas [...]”; e desalojados são pessoas que tiveram habitações “[...] foram danificadas ou destruídas mas que, não necessariamente, precisam de abrigos temporários.”.

Segundo o Atlas Digital de Desastres no Brasil (2023)¹⁰, entre 2012-2022, Alagoas foi acometida por 116 grandes ocorrências referentes a fortes chuvas, alagamentos e inundações ocasionando 12 óbitos, 102.535 mil desabrigados e desalojados e 1.035.225 afetados.

Em 2017, Alagoas sofreu com fortes chuvas causando, segundo Atlas digital de Desastres (2024), 29 ocorrências, 8 óbitos, 24.322 desabrigos e desalojados e 682.136 afetados. Na Tabela 1 apresentamos os municípios mais afetados com as chuvas de 2017

⁹ Os municípios que compõe esta região são Branquinha, Campestre, Colônia Leopoldina, Flexeiras, Ibateguara, Jacuípe, Joaquim Gomes, Jundiá, Matriz do Camaragibe, Novo Lino, Porto Calvo, Santana do Mundaú, São José da Laje, São Luís do Quitunde e União dos Palmares.

¹⁰ No Atlas Digital foram utilizados os seguintes filtros: Região (Alagoas), Período (2012-2021 – o Atlas ainda não dispõe dos dados de 2022) e Tipos (alagamentos e inundações). Disponível em: <https://atlas.ceped.ufsc.br/paginas/mapa-interativo.xhtml>. Acesso em: 17 abr. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

TABELA 1- 10 municípios mais afetados pelas chuvas de 2017

Ano	Cidades	Desabrigados/ Desalojados	Total de Afetados
2017	Maceió	3.282	510.527
	Marechal Deodoro	8.414	38.908
	Murici	0	26.706
	Cajueiro	6	21.433
	Rio Largo	1.023	21.123
	Viçosa	0	17.800
	Quebrangulo	1.050	11.500
	Atalaia	2.105	7.105
	Maragogi	57	5.262
	Paulo Jacinto	32	4.942

Fonte: Atlas de Desastres (2024).
Elaboração autores.
De acordo o Atlas digital de

Desastres (2024), os municípios com maiores número de afetados pelas chuvas de 2017 foram Maceió (510.527 mil pessoas), Marechal Deodoro (39.908 pessoas) e Murici (26.706 pessoas). Por outro lado, os municípios com maiores números de desabrigados e desalojados foram Marechal Deodoro (8.414 pessoas), Maceió (3.282 pessoas) e Atalaia (2.105 pessoas). As chuvas provocaram, em Marechal Deodoro, alagamentos que afetaram 32 instalações públicas, principalmente das áreas de educação e saúde, e prédios históricos que datam do século XVII¹¹.

Em 2022, especificamente em junho/julho, o transbordamento de rios, devido às fortes chuvas, atingiu diretamente 29 cidades¹² alagoanas, sendo as mais atingidas Atalaia, Branquinha, Cacimbinhas, Cajueiro, Capela, Limoeiro de Anadia, Murici, Matriz de Camaragibe, Major Isidoro, Paulo Jacinto, Pilar, Feliz Deserto, Jacuípe, Jundiá, Maragogi, São José Da Laje, São Luís Do Quitunde, São Miguel Dos Milagres, Santana Do Mundaú, Satuba, Taquarana, União Dos Palmares, Viçosa, Quebrangulo, Rio Largo, Colônia Leopoldina, Dois Riachos, Porto De Pedras, Pão De Açúcar¹³, além da capital Maceió. Os bairros da capital que mais sofreram com os impactos da chuva e transbordamento da Lagoa Mundaú foram Levada, Vergel, Ponta Grossa, Trapiche, Pontal da Barra, Fernão Velho e Rio Novo¹⁴. A Tabela 2 apresenta os municípios mais afetados pelas chuvas de 2022 com o número de afetados e desabrigados e desalojados.

¹¹ Disponível em:

<https://www.marechaldeodoro.al.gov.br/2017/06/predios-publicos-de-marechal-deodoro-sao-prejudicados-pelas-fortes-chuvas/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

¹² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/07/02/chuva-causa-transbordamento-de-rios-e-alagamentos-em-alagoas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 17 abr. 2023.

¹³ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/07/02/chuva-causa-transbordamento-de-rios-e-alagamentos-em-alagoas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 17 abr. 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2022/07/04/bairros-as-margens-da-lagoa-mundau-em-maceio-registram-alagamentos.ghtml>. Acesso em: 17 abr. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

TABELA 2 – Os 10 municípios mais afetados de 2022.

Ano	Cidades	Desabrigados/ Desalojados	Total de Afetados
2022	Penedo	7502	52743
	Maceió	10572	39272
	Maragogi	627	30827
	Teotônio Vilela	276	23179
	Traipu	517	21486
	Coruripe	260	20260
	Estrela de Alagoas	20	13243
	Murici	2755	12698
	Pão de Açúcar	97	12297
	União dos Palmares	3524	11524

Fonte: Atlas
Digital de
Desastres
(2024).
Elaboração dos
autores.

Os municípios com maiores números de afetados em 2022 foram Penedo, Maceió e Maragogi com 52.743 pessoas, 39.272 pessoas e 30.827 pessoas, respectivamente. As cidades que tiveram maiores números de desabrigados e desalojados foram Maceió, Penedo, União dos Palmares e Murici com 10.572 pessoas, 7.502 pessoas, 3.524 pessoas e 2.755 pessoas, respectivamente.

Quanto aos municípios mais afetados (Penedo, Maceió e Maragogi), evidenciam-se que a mediação de classe e raça/etnia compõem os cenários aqui abordados, e não podem ser obliterados da análise da “questão ambiental” na totalidade do contexto capitalismo brasileiro. Dados do IBGE do ano de 2022 mostram que a maioria da população dos municípios mais afetados vive com até dois salários-mínimos e apresentam índices baixos de acesso a serviços como saneamento básico, em todas as cidades:

Em Penedo [...] apenas 30% de domicílios possui esgotamento sanitário adequado e 14,9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio); em Maceió 47,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado [e apenas 32,7%] de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada; e em Maragogi Apresenta 38,8% de domicílios [contém] esgotamento sanitário adequado e 16,3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (IBGE, 2022. p. 04)

Quanto às características étnicas raciais da população dos municípios mais afetados, a maioria se autodeclarou negra de cor parda como mostram os seguintes dados do IBGE do ano de 2022: em Penedo 33.778 pessoas autodeclaradas de cor branca, 9.315 de cor preta e 78.005



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de cor parda; já em Maceió 402.792 pessoas se autodeclararam brancas, 86.599 de cor preta e a maioria, 634.978 de cor parda; em Maragogi, 4.792 se autodeclararam brancas, 1.128 pretas e 14.097, pardas. A etnia indígena foi a fração de menor representação estatística sendo em Penedo, Maceió e Maragogi, registrados 1.883; 2.675 e 22 pessoas, respectivamente.

Não há como negar pela historicidade que circunda o debate racial no Brasil, e pela necessária relação entre “questão ambiental” e “questão social”, que as populações de etnia negra e indígena sofrem sobremaneira com os impactos dos desastres ambientais, mesmo que estatisticamente, este último segmento não apareça como maioria massiva. A chave teórica do racismo ambiental é essencial para entender esse processo, pois o Estado brasileiro, por meio de ações estatais e até mesmo “omissões”, normatiza e legisla a favor (ou não) das populações acentuando e reproduzindo as desigualdades estruturais. Temos o exemplo clássico de racismo ambiental com a ausência de saneamento básico,¹⁵ que é essencial para evitar inundações e alagamentos. Na medida que não há investimento público em infraestrutura para municípios e bairros, esses ficam mais vulneráveis aos “desastres”.

Os dados do IBGE (2022) também mostra que as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho (que possibilita outros acessos como moradia, alimentos e outras condições básicas de manutenção da vida) são muito diferenciadas no tocante aos fatores etnia e gênero, com destaque a disparidade entre a população branca, que ocupa altos índices de acesso a postos de trabalho de boa remuneração, em relação a população não branca que trabalha em ocupações consideradas de baixo prestígio e baixa remuneração no país:

[...] em 2021, a população ocupada de cor ou raça branca ganhava, em média, 73,4% mais do que a de cor ou raça preta ou parda e os homens, 25,0% mais que as mulheres. [Existe ainda uma] segmentação das ocupações e a persistência da segregação racial no mercado de trabalho. A presença de pretos ou pardos é mais acentuada na Agropecuária (59,5%), na Construção (66,2%) e nos Serviços domésticos (66,8%) [os quais concentras mais mulheres], justamente atividades que possuíam rendimentos inferiores à média em todos os anos da série. Já Informação, atividades financeiras e outras atividades profissionais e Administração pública, educação, saúde e serviços sociais, cujos rendimentos foram bastante superiores à média, foram os agrupamentos de atividades que contaram com maior participação de pessoas ocupadas de cor ou raça branca (IBGE, 2022, p. 23-25).

¹⁵ Corriqueiramente, o IBGE chama atenção para a ausência de saneamento básico para a população negra brasileira. Disponível em: [https://www.brasildefato.com.br/2024/02/23/pretos-pardos-e-indigenas-sofrem-mais-com-falta-de-esgoto-do-que-brancos#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20preta%2C%20parda%20e.Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20\(IBGE\)](https://www.brasildefato.com.br/2024/02/23/pretos-pardos-e-indigenas-sofrem-mais-com-falta-de-esgoto-do-que-brancos#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20preta%2C%20parda%20e.Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20(IBGE).). Acesso em: 12 ago. 2024



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Esse cenário nos impele a refletir que as formas de reversão das realidades de perdas e danos após situações de “desastres”, como alagamentos e inundações, são inevitavelmente desiguais aos seguimentos brancos e não brancos, assim como as pessoas do sexo feminino, no contexto brasileiro e, inevitavelmente, no cenário alagoano compõem tais circunstâncias, e por isso não há como desconectarmos indicadores dos “desastres ambientais” dos indicadores sociais. Essa realidade nos remete a um fenômeno que está na ontogênese da formação sócio-histórica do Brasil, e não está meramente vinculada a uma pontual ausência do Estado no cotidiano das populações mais vulnerabilizadas, trata-se da manifestação do *racismo ambiental* forjado no precário acesso a serviços básicos, assim como a formas de divisão desigual de terra e territórios adequados à segura moradia e manutenção das condições objetivas de vida, atrelado a uma injusta concentração de riqueza. Portanto, destas desdobram-se as manifestações do *racismo ambiental*, categoria essencial para compreendermos a relação entre questão ambiental e as expressões da questão social.

O termo racismo ambiental, criado por Benjamin Chavis, deriva da luta pela justiça ambiental, alavancada pela comunidade negra organizada nos Estados Unidos na década de 1980 para definir e denunciar a desproporcionalidade de impactos ambientais entre as comunidades negras e as brancas, decorrentes de empreendimentos altamente poluentes no contexto (Santos, 2023). O conceito também foi fundamentado pelo estudioso Robert Bullard que por dentro do Movimento por justiça ambiental “em 1987, a pedido da Comissão de Justiça Racial da *United Church of Christ*, comprovou que a composição racial de uma comunidade é a variável mais apta a explicar a existência ou inexistência de depósitos de rejeitos perigosos de origem comercial em uma área” (Achselrad et. al, 2009 p. 19). Bullard também se ocupou em estudar a ausência de políticas públicas nos Estados Unidos acerca da referida problemática (Filgueira, 2021).

No Brasil, o debate é bastante recente, e tem sido abordado por ONG's, com destaque à Rede Brasileira de Justiça Ambiental, entidades sindicais e, de forma tímida pela comunidade acadêmica¹⁶. Em geral, é inegável a afirmativa de Santos (2023) de que a racialização do debate ambiental ainda encontra resistências nos movimentos ambientalistas e no meio acadêmico, por isso a dimensão da produção do conhecimento sobre o debate ambiental ainda é incipiente quanto ao aprofundamento de algumas mediações, e tem demandado maiores esforços teóricos que atrelem a dimensão interseccional entre classe, raça e gênero, em especial sob a perspectiva

¹⁶ Na quadra recente, o Serviço Social brasileiro tem imprimido esforços para pesquisar e discutir as problemáticas socioambientais, inclusive o racismo ambiental.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

crítico-dialética. Não obstante, Acselrad et. al (2009) indicam que há um progressivo engajamento acadêmico na busca pela realização de pesquisas que relacionem indicadores que demonstrem a relação de áreas de degradação ambiental com as de moradias de comunidades pauperizadas.

Mello, Malerba e Tubinambá (2024) ressaltam que no Brasil grande parte da população não branca está exposta a riscos, nos mais diversos ambientes, desde os de trabalho aos de moradia; os municípios de Alagoas, em análise, refletem essa realidade. Concordamos com as autoras, de que há uma nítida desproporcionalidade na forma como às classes médias e a elite branca sofrem com os impactos da questão ambiental e os riscos cotidianos que esta produz. Tais riscos estão, dentre outros, associados à ausência de saneamento básico e ao acesso a moradias construídas em locais inapropriados como encostas altamente perigosas ou próximas de cursos d'água propensos a inundações.

Ainda concordando com Mello et. al (2024), é inegável que a produção das desigualdades sociais e de concentração de poder sejam compósitos do racismo ambiental e da "injustiça ambiental". A forma como recaem as consequências da questão ambiental nas populações afetadas expressam não um destino inevitável, mas sim as formas como se desdobram mecanismos de dominação e violência estruturantes da sociedade capitalista como o racismo estrutural.

É imperativo e premente a garantia de políticas público-sociais e ambientais que atrelem o debate ambiental a conformação das demandas dos seus respectivos públicos-alvo. Segundo Alcântara e Freire (2017), a população alagoana convive com uma histórica concentração de terra, a qual tem suas raízes políticas e culturais nas marcas coloniais e latifundiárias que compõem a formação sócio-histórica brasileira. Trata-se de velhas alianças entre o estado e as oligarquias rurais, que pela concentração de terras também produziu indicadores sociais alarmantes possíveis de serem comparados com os de países africanos que vivem com o fenômeno da fome cotidianamente. Nesse contexto, temos como necessário o fortalecimento e ampliação não somente de políticas que mitiguem os danos ambientais causados após as situações de alagamento e inundação, mas um conjunto de ações que visem desde a participação ampliada das populações na construção de planos diretores, a políticas de moradia digna que considerem os aspectos socioculturais de cada segmento populacional, garantido o acesso a terra e ao território, em especial de povos e comunidades tradicionais.

No atual marco do capitalismo contemporâneo as legislações ambientais, embora inscritas no rol dos interesses do grande capital, precisam se constituir cada vez mais em arenas de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

disputas, nas quais as populações que sofrem com o racismo ambiental consigam conquistar por estas, mecanismos de limitação e refreio das violências e segregações operadas pela lógica de classe que tende, no caso de áreas propensas a alagamento e inundações, a garantir à burguesia as ocupações de áreas seguras, livres de riscos. Ademais, pela mediação das políticas ambientais, a disputa maior é pela garantia de mecanismos que visem pôr em foco o controle ambiental da emissão de gases de efeito estufa que operam para o desequilíbrio climático, o qual tem suas consequências mais severas sentidas pelas populações pobres, negras e das comunidades tradicionais.

4 Considerações finais

A exposição deste texto evidencia nossa vinculação a teoria social de Marx para compreender a destruição socioambiental operada pelo capitalismo, que tem em seu interior a destruição da natureza e exploração do trabalho. Diante dos dados expostos sobre alagamentos e inundações em Alagoas destacamos os principais municípios afetados, o número de pessoas afetadas e o quantitativo de desabrigados/desalojados dos anos de 2017 e 2022. Nos últimos 10 anos (2012-2022), tivemos 102.535 mil desabrigados e desalojados e 1.035.225 afetados. Apontamos também a necessidade de aprofundarmos nossa análise sobre os “desastres” ao considerar o debate do racismo ambiental para desvelar a recorrência da população negra sofrer com as “injustiças ambientais”.

A guisa de finalização, faz-se necessário pontuar algumas questões para balizar nosso debate sobre “desastres” e racismo ambiental: 1. aqui não desejamos forçar uma visão analítica que tende a ignorar as frações brancas que compõem a classe trabalhadora no contexto alagoano quanto à população mais afetada pelo desalojamento e desabrigo decorrentes dos alagamentos postos aqui em voga. O que desejamos refletir é que não podemos tergiversar o fato de que no Brasil as frações racializadas pela etnia negra e indígena carregam, inevitavelmente, o peso mais denso de reconstruir suas vidas, seja por terem historicamente acesso às áreas de moradia mais precarizadas, seja pela violência institucional do Estado, expressa também por sua “ausência”, na realidade destas populações. Assim, o Estado brasileiro é um dos principais agentes do racismo ambiental; 2. é essencial refletirmos sob condições estratégicas para transformar a realidade de como são desigualmente sofridas a externalidades da questão ambiental entre as classe e etnias, aqui manifestas pelas populações impactadas por áreas de alagamento e inundações no Estado



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de Alagoas: no plano das mediações postas na contemporaneidade, demanda-se, um movimento dos trabalhadores que possibilite o fortalecimento da luta popular em torno da “justiça ambiental”, sejam nas organizações de bairros, associações, ONG’s, sindicatos nos quais o debate de classes e de indicadores sociais possam compor suas reflexões acerca de como sofrem os impactos da questão ambiental, de modo que tais dimensões possam cada vez mais compor suas reivindicações e bandeiras de luta. Trata-se da necessidade de uma constante afirmação de que a humanidade compõe a natureza e o desenvolvimento de qualquer forma societária só se constituirá adequadamente igual se não desconsiderarmos essa relação simbiótica.

É condição *sine qua non*, que plano mais geral, considerando que os contextos manifestam suas particularidades em movimentos complexos que ligam o singular a totalidade das manifestações do grande capital, é fato imperativo de que, a saída para as desigualdades socioambientais só são possíveis pela supressão do modo de produção capitalista, em uma construção societária que demande também a eliminação do racismo e do patriarcado, entendendo que estas estão, fundamentalmente ligadas a manifestações da questão ambiental.

Referências

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALCÂNTARA, N; FREIRE S. M. Alagoas: exemplo das expressões perversas das desigualdades nacionais. *In*: ALCÂNTARA, N; FREIRE S. M. (Orgs.). **Desigualdades, Políticas Públicas e Trabalho em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2017.

BISPO, C. O.; TOUJAGUEZ, R.; ROFFE, Tatiana G. Perigo versus necessidade: a convivência em áreas de risco em Maceió-AL. *In*: **XV Encontro de Geógrafos de América Latina**, 2015, La Habana. XV Encontro de Geógrafos de América Latina. Habana, 2015. p. 954-963. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Procesosambientales/Impactoambiental/71.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2023.

CARVALHO, C. P. **Formação histórica de Alagoas**. 3ª ed. Maceió: edufal, 2015.

CAMPELLO. C. A. M; MALERBA, J. TUPINAMBÁ, S. **Da transição energética à transição ecológica: a contribuição da justiça ambiental e um convite ao debate**. Disponível em: [Da Transição Energética à Transição Ecológica: A Contribuição da Justiça Ambiental e um Convite ao Debate - FASE](#). Acesso em: 02 de jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

DUTRA, A. S. **Gestão de desastres e Serviço Social**: reflexões críticas sobre a atuação de assistentes sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil. Rio de Janeiro, 2017. 255p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. p. 17-67.

FREIRE, N. C. F.; BONFIM, C. V. do; NATENZON, C. E. Vulnerabilidade socioambiental, inundações e repercussões na Saúde em regiões periféricas: o caso de Alagoas, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva** (Impresso), v. 19, p. 3755-3762, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/7ZHTp8Z9frPgCh3zLrtR5RD/?lang=pt>. Acesso em: 01 abr. 2023.

IBGE: **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2022. Disponível em: [Síntese de Indicadores Sociais | IBGE](#). Acesso em ago. 2023.

KLUG, L.; MARENGO, J. A.; LUEDEMANN, G. Mudanças climáticas e os desafios brasileiros para implementação da Nova Agenda Urbana. In: Marco Aurélio Costa (Org.). **O Estatuto da cidade e a Habitat III**: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9184>. Acesso em: 01 abr. 2023.

MUINGA, N. M.; GALATTO, S. L. Mudanças climáticas globais e seus impactos no meio ambiente. **Geografia em Questão**, v. 10. N. 02. 2017. p. 121-124. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/15725>. Acesso em: 01 abr. 2023.

SANTOS, I.S.P.O. Nossos passos vêm de longe, para onde queremos caminhar? In: BELMONT, M. (Org.) **Racismo ambiental e Emergências Climáticas no Brasil**. Disponível em: [Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil - Instituto de Referência Negra Peregrum](#). Acesso em 05 de jul. 2024.

SILVA, E. M. da. **Estado brasileiro “sem ilusões”**: a tendência destrutiva do aparato estatal em suas relações com a natureza e sociedade. 191 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2022.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.